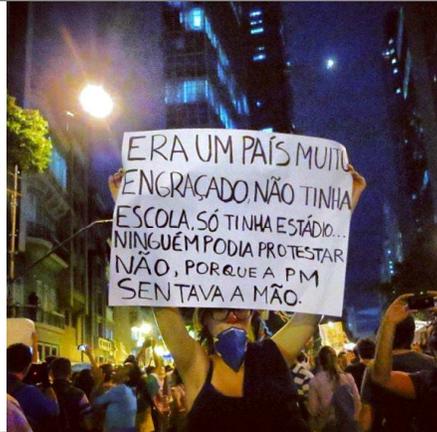


---

## As Manifestações no Brasil vistas à luz da Teoria do Discurso

---

Everton Garcia da Costa\*



Sem dúvidas, o ano de 2013 – especialmente o mês de junho – ficará marcado na história do Brasil pelos protestos e manifestações que ocorreram no país. Através da mídia acompanhamos atônitos a uma série de eventos que parecem ter pegado a todos – ou pelo menos a maioria – de forma inesperada. Há algum tempo não víamos um episódio com tais proporções; na verdade, podemos dizer que o último grande protesto em situações semelhantes no Brasil ocorreu em 1992, quando milhares de pessoas saíram às ruas exigindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. De lá para cá, passaram-se vinte e um anos. Nesse período, ocorreram no Brasil inúmeros outros protestos, principalmente organizados por movimentos sociais – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) etc. –, sindicatos e agremiações estudantis. No entanto, nenhum desses protestos conseguiu mobilizar tantos manifestantes quanto o fez a manifestação iniciada em 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL), cujo ápice, até o momento, aconteceu no dia 20 de junho do referido ano

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

– a estimativa é que nesse dia mais de um milhão de pessoas, de diversas cidades do país, participaram da onda de protestos<sup>6</sup>.

Talvez a principal peculiaridade das manifestações de Junho seja a pluralidade de reivindicações. Se a princípio a manifestação fora organizada pelo MPL contra o aumento das passagens de ônibus, rapidamente um número incomensurável de outras demandas sociais a ela se incorporou. Logo, a manifestação – que a princípio tinha por intuito derrubar o aumento da passagem do transporte coletivo – transformou-se num protesto contra a corrupção, contra a precarização da saúde e da educação, contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2011 (PEC 37)<sup>7</sup>, contra o projeto de “cura gay”<sup>8</sup>, dentre diversas outras demandas. Enfim, tal pluralidade de reivindicações, somada ao fato de que os protestos pareciam não ter uma liderança específica, tem dificultado análises mais concisas a respeito dessas manifestações, as quais constituem um objeto de análise fundamental à sociologia. No entanto, existem já importantes estudos que buscam – por diferentes perspectivas – compreender as Manifestações de Junho. Cabe desatacar aqui o artigo escrito por Marilena Chaui para a revista *Teoria e Debate*, no qual a autora analisa as ditas manifestações à luz daquilo que denominou como “pensamento mágico”<sup>9</sup>; o livro *Cidades Rebeldes*, o qual reúne artigos de autores renomados – como David Harvey, Slavoj Žižek, Ruy Braga, Ermínia Maricato, dentre outros – os quais buscam compreender os megaprotestos ocorridos em diferentes pontos

<sup>6</sup> Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acesso em: 01 jul. 2013.

<sup>7</sup> A PEC 37 – cujo autor é o deputado federal Lourival Mendes (PTdoB-MA) – propõe um acréscimo ao Art. 144 da Constituição Federal: “§ 10. A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.” Sintetizando, a proposta do deputado Lourival Mendes consiste no argumento de que compete exclusivamente às polícias federal e civis: investigar infrações contra a ordem política e social; investigar e reprimir o tráfico de entorpecentes e o contrabando; exercer a função de polícia judiciária da União. A problemática que gira em torno desta Proposta de Emenda Constitucional consiste no fato de que ela retira o poder do Ministério Público de investigar crimes de desvio do dinheiro público e irregularidades cometidas por agentes do Estado. Dessa forma, um dos argumentos dos manifestantes seria o que a PEC 37 contribuiria para a impunidade e o aumento da corrupção no país.

<sup>8</sup> A expressão “cura gay” é o modo como vulgarmente ficou conhecido na mídia o Projeto de Decreto Legislativo proposto pelo deputado Federal João Campos (PSDB-GO) com o objetivo de sustar a aplicação do artigo 4º e do parágrafo único do artigo 3º, integrantes da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99. Segundo tais artigos, os psicólogos não poderão colaborar com eventos e serviços que tenham por intuito promover o tratamento e a cura da homossexualidade e tampouco se pronunciarão publicamente em eventos que reforcem preconceitos sociais já existentes em relação aos homossexuais.

<sup>9</sup> Chaui (2013, s.d.) afirma que “A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer.” Em outras palavras, para a autora, as Manifestações de Junho foram marcadas pelo imediatismo, que é característico da geração atual.

do globo; há também a coletânea *#protestos*, organizada por Antonio David Cattani, o qual reúne artigos de um conjunto de pensadores, que buscam compreender – à luz de diferentes enfoques teóricos – os protestos ocorridos no país durante o ano de 2013.

A partir dessa reflexão, desenvolve-se aqui uma análise das Manifestações de Junho, feita à luz dos pressupostos teóricos da Teoria do Discurso, modelo teórico desenvolvido pelo pensador argentino Ernesto Laclau. De forma mais específica, operacionalizaremos o conceito laclauiano de *significante vazio* para tentar compreender as ditas Manifestações. A hipótese na qual nos ancoramos é a de que nos protestos que ocorreram no país, havia pelo menos nove significantes vazios, os quais mantiveram articuladas – de forma totalmente precária – um número incomensurável de demandas sociais.

### **Significante vazio: introduzindo o conceito**

Na obra de Ernesto Laclau, a ideia de *significante vazio* é apresentada de forma pormenorizada no artigo *Por que os significantes vazios são importantes para a política?*, texto integrante do livro *Emancipação e Diferença* (2011). Logo no início do artigo, o autor afirma que

Um *significante vazio* é, no sentido mais estrito do termo, um *significante sem significado*. Essa definição é também a enunciação de um problema. Afinal, como é possível estabelecer que um *significante* que não esteja ligado a nenhum *significado* continue sendo, apesar disso, parte integral de um sistema de *significação*? (LACLAU, 2011, p. 67).

Em outras palavras, com o perdão da redundância, como é possível que um *significante sem significado* signifique alguma coisa? Como um *significante* que é *vazio* consegue manter um mínimo de sentido no interior de um sistema discursivo?

A princípio, o termo “*significante*” aponta para algo que possui valor semântico e, portanto, não pode ser *vazio*. Nessa perspectiva, um *significante vazio* seria então – do ponto de vista filosófico – uma *aporia*, ou seja, uma *contradição lógica*. Laclau argumenta que a esse problema lógico surgem rapidamente duas *pseudorrespostas* que, de fato, não solucionam o problema e, com efeito, devem logo ser descartadas. A primeira delas consiste na ideia, segundo a qual, um *significante vazio* seria um

significante arbitrário, isto é, aquele que assume distintos significados em diferentes contextos de enunciação. Se assim fosse, não estaríamos diante de um efetivo significante vazio, mas antes de um significante equívoco: “em cada contexto, a função de significação se realizaria plenamente” (LACLAU, 2011, p. 68). A segunda pseudoresposta baseia-se no argumento de que há ao mesmo tempo uma sobredeterminação e uma subdeterminação de significados, os quais impedem o significante de fixar-se inteiramente. Apesar de esse raciocínio aproximar-se da resposta adequada, ela não define de fato o que é significante vazio, mas antes um significante ambíguo. Após descartar essas duas respostas, Laclau no apresenta a sua definição de significante vazio:

Assim, um significante vazio só pode surgir se há uma impossibilidade estrutural da significação e apenas se essa impossibilidade puder significar uma interrupção (subversão, distorção etc.) da estrutura do signo. Ou seja, os limites da significação só podem anunciar a si mesmos como impossibilidade de realizar aquilo que está no interior desses limites (LACLAU, 2011, p. 68).

Um significante vazio, portanto, é um significante que apresenta uma falha na estrutura do signo; em outras palavras: há no interior do signo a falta de algo que determine os limites discursivos de significação, isto é, que aponte os limites do próprio signo. Com efeito, os limites da significação não determinam o que está dentro e o que está para além desses limites; os limites da significação apontam justamente para a sua impossibilidade de determinar tais fronteiras. Desse modo, estamos diante de um paradoxo: “aquilo que constitui a condição de possibilidade de um sistema de significação – seus limites – é também aquilo que constitui sua condição de impossibilidade – um bloqueio na expansão contínua do processo de significação” (LACLAU, 2011, p. 69).

O caráter polissêmico dos significantes vazios deriva justamente dessa falha estrutural: não é a pluralidade de significados que impede a fixação de um sentido absoluto, pelo contrário, é a falha na estrutura do signo que impede a demarcação dos seus próprios limites e, conseqüentemente, impossibilita também que um dado valor semântico se fixe plenamente. Se levarmos em conta a concepção tradicional de signo, como a união (arbitrária) entre significante e significado – tal como nos é apresentado na linguística saussuriana – teremos que cada significante está vinculado a um

significado particular. Quando pronunciamos oralmente os fonemas que formam a expressão “cadeira”, por exemplo, há uma ligação entre o som (significante) “cadeira” e a imagem acústica (significado) da cadeira que surge em nosso cérebro. Quando lidamos com um significante vazio, no entanto, estamos diante de um significante que se esvaziou “de todo vínculo com significados particulares” (LACLAU, 2011, p. 71). O significante assume a tarefa de representar não somente uma diferença particular, mas busca representar o próprio Real, no sentido lacaniano do termo. Como, obviamente, isso é impossível de ser feito, ou seja, criar uma representação plena do Real, o que acontece de fato é que, ao subverter-se, ao esvaziar-se de sentido, o significante consegue significar uma pluralidade de significados particulares sem fixar-se em absoluto em qualquer um deles.

Tomemos como exemplo a ideia de emancipação: de fato, ela não está vinculada a um significado particular, mas a um conjunto de significados distintos. Tal como demonstramos em outro momento (COSTA, 2013), a emancipação, ao longo da história, tem sido utilizada das mais diferentes formas: no cristianismo, a emancipação apresenta-se vinculada ao julgamento final, momento em que será feita a separação entre os justos e os injustos; já para os filósofos do Iluminismo, a emancipação estava relacionada ao uso da razão e, mais precisamente, a um processo de racionalização da sociedade; no marxismo tradicional, por sua vez, a emancipação do proletariado só poderia ser alcançada por meio de uma revolução que suprimisse as diferenças econômicas entre as classes sociais. Enfim, o que permite à emancipação ser utilizada de formas tão diversas é justamente o fato de ela ser um significante vazio. É impossível definir o que é de fato a emancipação, já que essa palavra possui uma falta ontológica (uma falha na estrutura do signo) que a permite vincular-se a diferentes significados, sem fixar-se a algum deles em particular (o que a impediria de representar os demais significados).

Ou seja, estamos diante de uma falta constitutiva que, como em Kant, se mostra por meio da impossibilidade de sua representação adequada. Aqui podemos dar uma resposta completa à nossa pergunta inicial: pode haver significantes vazios dentro do campo da significação porque qualquer sistema de significação está estruturado em torno de um lugar vazio que resulta da impossibilidade de produzir um objeto, contudo, requerido pela sistemacidade do sistema. Assim, não estamos negociando com uma impossibilidade sem lugar próprio, como no caso de uma contradição lógica,

mas com uma impossibilidade *positiva*, como uma *realidade*, para a qual o *x* do significante vazio aponta (LACLAU, 2011, p. 72).

Uma vez apresentado, de forma sucinta, a ideia de significante vazio no interior da teoria laclauiana, cabe agora explicarmos, também de forma breve, porque essa categoria é importante para a política. O argumento de Laclau, com o qual concordamos, é o de que “num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema” (LACLAU, 2011, p. 73). Em outras palavras, num ambiente de repressão, como o de uma ditadura, por exemplo, toda luta parcial – uma passeata contra a morte de um estudante cometida pela polícia, por exemplo – transforma-se em símbolo de oposição ao sistema como um todo. Desse modo, tal manifestação parcial terá a possibilidade de articular diversas outras lutas parciais que também se opõem ao mesmo sistema – nesse caso, o governo ditatorial. Supomos, por exemplo, que a essa passeata – organizada em virtude do assassinato de um estudante pelos agentes do Estado – se unam outras manifestações parciais: grupos contrários à censura da mídia imposta pelo governo; grupos que exigem o fim da ditadura e a realização de eleições diretas; grupos contrários à corrupção; grupos que exigem uma reforma política imediata; grupos que denunciam o descaso do governo em relação à saúde e à educação; grupos de professores que exigem melhores condições de trabalho; alianças sindicais que demandam a reforma da previdência etc. Enfim, nesse exemplo, há uma manifestação parcial que consegue articular um conjunto de lutas parciais, formando assim uma *unidade sistêmica*. Todavia, “O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum” (LACLAU, 2011, p. 73).

A tese de Laclau é que toda luta parcial é dividida: por um lado ela quer alcançar um objetivo determinado e, por outro, quer opor-se ao sistema. Isso implica dizer que, em primeiro lugar, toda luta parcial se diferencia das demais lutas ao seu redor justamente por sua demanda específica. Em segundo lugar, todas as lutas se equivalem exatamente por sua oposição – em maior ou menor grau – ao sistema. Sintetizando, “toda luta concreta está dominada por esse movimento contraditório que simultaneamente afirma e anula a própria singularidade” (LACLAU, 2011, p. 73). O

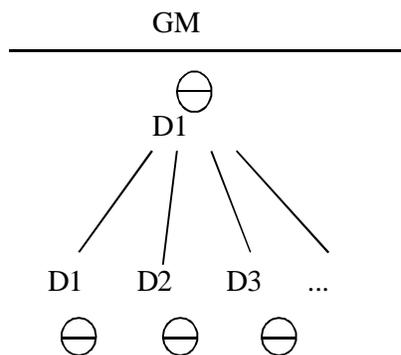
relevante para que a unidade entre distintas manifestações parciais se mantenha é que a função equivalencial prevaleça sobre a função diferencial. Em outras palavras, se uma luta particular assume a função de representar uma série de outras lutas parciais, é necessário que a prioridade não seja a demanda particular que a diferencia, mas, sobretudo, o objetivo de opor-se ao sistema, que é justamente o que lhe possibilita exercer seu papel de representação coletiva. Decorre daí duas consequências inevitáveis: a) quanto maior for a cadeia de equivalências, menor será o poder de coalescência da função equivalencial; b) conseqüentemente, o sistema repressivo gradualmente será visto menos como símbolo de repressão. De tais reflexões, depreende-se que:

Essa pura função equivalencial, que representa uma plenitude ausente e se mostra por meio do colapso de todas as identidades diferenciais, não pode ter um significado próprio – porque, nesse caso, o “mais além das diferenças” seria uma diferença a mais e não o resultado do colapso equivalencial de todas as identidades diferenciais (LACLAU, 2011, p. 75).

Para que uma manifestação parcial possa representar um conjunto de outras diferenças, ela precisa esvaziar-se do seu significado particular; é justamente nesse ponto em que emerge um significante vazio. Em *La razón populista*, Laclau (2006) argumenta que a formação de cadeias equivalenciais é um processo que envolve *demandas democráticas* e *demandas populares*. Um exemplo prático nos auxilia a melhor compreender estas duas categorias. Imaginemos que os moradores de um bairro de um município qualquer, insatisfeitos com os altos índices de violência na região, tenham organizado um protesto em frente à prefeitura da cidade, solicitando que o governo implante um posto policial no centro do referido bairro. Para Laclau, esta demanda parcial é democrática: “A uma demanda que, satisfeita ou não, permaneça isolada, a denominaremos *demanda democrática*” (LACLAU, 2006, p. 99). Supondo que a demanda – a implementação de um posto policial – seja atendida pelo governo, o problema provavelmente estará resolvido. Todavia, suponhamos que a demanda tenha sido frustrada, ou seja, que o governo não tenha atendido à solicitação dos moradores; com efeito, os protestos cotinuum; moradores de bairros vizinhos que também possuem suas demandas parciais – asfaltamento de ruas, construção de creches populares, criação de um sistema de esgoto, melhorias na iluminação pública etc. – juntam-se à

manifestação inicial. Nesse momento emerge uma demanda popular: “A pluralidade de demandas que, através de sua articulação equivalencial constituem uma subjetividade social mais ampla, denominaremos *demandas populares*” (LACLAU, 2006, p. 99). Há, desse modo, um acúmulo de demandas insatisfeitas que se equivalem justamente pelo fato de não terem sido atendidas. Tal relação de equivalência constitui uma unidade, uma articulação<sup>10</sup>. Além disso, esta relação forma também uma linha antagônica que separa, de um lado, a cadeia de equivalências e, de outro lado, o sistema repressivo (no caso do nosso exemplo, o governo municipal). A formação de uma cadeia de equivalências pode ser exemplificada pelo Gráfico 1, logo abaixo:

**Gráfico 1** – Formação da cadeia de equivalências



**Fonte:** Adaptado de Laclau (2006, p. 186).

No Gráfico 1, na parte de baixo, temos as diferentes demandas parciais (D1, D2, D3, ...) representadas por círculos cindidos ao meio. A cisão deve-se ao fato de que estão em jogo duas lógicas: uma diferencial (particularidades isoladas, que diferenciam uma demanda da outra) e uma equivalencial (o fato de todas essas demandas se oporem ao mesmo sistema repressivo). A cadeia equivalencial, portanto, forma-se no momento em que uma demanda particular consegue representar as demais – no caso do Gráfico, a articulação se dá em torno de D1. Do lado oposto à linha antagônica, encontra-se o

<sup>10</sup> Em *Hegemonía y estrategia socialista*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004, p. 157) afirmam que “articulação é uma prática e não o nome de um complexo relacional *dado*, implica alguma forma de presença separada dos elementos que a prática articula ou recompõe”; mais adiante (p. 17) os autores afirmam também que “toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cuja identidade destes é modificada como resultado dessa prática”.

sistema opressor GM, isto é, o Governo Municipal, tal como foi exposto em nosso exemplo. O que destacamos, mais uma vez, é que, para conseguir sustentar a cadeia equivalencial, ou seja, para que a articulação se mantenha, é necessário que D1 esvazie parte de seu sentido; em outras palavras, é preciso que a função equivalencial prevaleça sobre a função diferencial. Ao esvaziar seu sentido, *D1 torna-se um significante vazio* que mantém articuladas diversas demandas parciais. Quanto maior o número de demandas particulares articuladas, menor será o poder de articulação do significante vazio.

Uma vez conceitualizada – de forma sucinta – a ideia de significante vazio cunhada por Ernesto Laclau, buscar-se-á, no decorrer deste artigo, demonstrar que o modelo teórico laclauiano pode servir como uma lente através da qual as Manifestações de Junho podem ser compreendidas.

### **“O gigante acordou” - As Manifestações de Junho, vistas sob o viés dos significantes vazios**

Se há um consenso básico, no que diz respeito às Manifestações de Junho, ele reside no fato de que o estopim o qual deu início a onda de manifestações foi o aumento da passagem do transporte público. Apesar dos protestos terem se intensificado a partir do mês de junho, sobretudo após o aumento da passagem de ônibus – de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 – na cidade de São Paulo, já havia ocorrido manifestações em Porto Alegre, em março de 2013<sup>11</sup>, também em virtude do aumento da passagem do transporte coletivo; além disso, no Rio Grande do Norte, em Natal, havia ocorrido protestos já em agosto de 2012, os quais obtiveram uma significativa vitória, isto é, a revogação do aumento da passagem do transporte urbano – que subiria de R\$ 2,20 para R\$ 2,40<sup>12</sup>. Cabe ressaltar também, que em março de 2013 foram realizados protestos na cidade de Goiânia – cujos manifestantes trancaram vias e incendiaram pneus – os quais eram contrários à

---

<sup>11</sup> Em Porto Alegre os protestos já davam indícios daquilo que algum tempo depois viria a se repetir em diversas cidades do Brasil: trancamento de ruas, barricadas, confronto violento entre a polícia e os manifestantes, tentativa de invasão da prefeitura, incêndio de containers de lixo etc.

<sup>12</sup> Informação disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/revogacao-do-aumento-da-tarifa-entra-em-vigor/231096>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ampliação da passagem de ônibus (de R\$ 2,70 para R\$ 3,00)<sup>13</sup>. Todavia, as manifestações se disseminaram de fato a partir do mês de junho de 2013. No dia 6 de junho ocorreram protestos na cidade de São Paulo contra o aumento das passagens do transporte urbano. Nesse dia, os cerca de dois mil manifestantes bloquearam três avenidas da cidade: a Av. 23 de Maio, a Av. 09 de Julho e aquela que é considerada como uma das vias mais importantes de São Paulo, a Av. Paulista.<sup>14</sup> Um fato importante a ser ressaltado foi a indignação dos manifestantes através das acusações de que os policiais agiram de forma muito violenta. Com efeito, novos protestos foram marcados para os dias 7 e 11 de junho.

Paralelamente aos protestos realizados em São Paulo, na cidade do Rio de Janeiro também ocorreram manifestações contrárias ao aumento da passagem do transporte urbano nos dias 3, 7 e 10 de junho. Nessa última data, cerca de trezentos manifestantes bloquearam as avenidas Presidente Vargas, Rio Branco e Antonio Carlos; foram registrados atos de violência, a polícia utilizou bombas de efeito moral, spray de pimenta e vários manifestantes foram presos.<sup>15</sup> Já no dia 13 de junho, o foco novamente foi São Paulo: por volta de cinco mil pessoas saíram às ruas, sendo que desse número, cerca de duzentas e trinta pessoas foram detidas pela polícia sob a acusação de portarem garrafas de vinagre<sup>16</sup> na mochila.<sup>17</sup> Mas o acontecimento mais marcante dos protestos ocorridos no dia 13/06 foi a violência policial cometida contra repórteres do jornal Folha de São Paulo, a qual pode ser percebida na Figura 1:

**Figura 1** – Repórter com o rosto sangrando após ser atingida por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar

---

<sup>13</sup> Informação disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/05/22/interna\\_brasil,367278/estudantes-fazem-mais-protestos-contr-aumento-de-onibus-em-goiania.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/05/22/interna_brasil,367278/estudantes-fazem-mais-protestos-contr-aumento-de-onibus-em-goiania.shtml). Acesso em: 10 jul. 2013.

<sup>14</sup> Informação disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/06/transito-acidente-entre-caminhao-e-moto-bloqueia-duas-faixas-do-viaduto-grande-sao-paulo.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.

<sup>15</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/manifestantes-voltam-protestar-contr-tarifa-de-onibus-no-rio.html>. Acesso em: 11 jul. 2013.

<sup>16</sup> Nos protestos anteriores os manifestantes haviam utilizado máscaras embebidas em vinagre para minimizar os efeitos do gás lacrimogêneo. Desse modo, o argumento da polícia de São Paulo consistia na seguinte ideia: manifestante que vai às ruas portando vinagre na mochila, provavelmente envolver-se-á em atos de vandalismo.

<sup>17</sup> Informação disponível em: [http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/protesto-em-sp-termina-com-232-pessoas-detidas\\_133073.html](http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/protesto-em-sp-termina-com-232-pessoas-detidas_133073.html). Acesso em 11 jul. 2013.



**Fonte:** site do Jornal Folha de São Paulo do dia 14/06/2013.

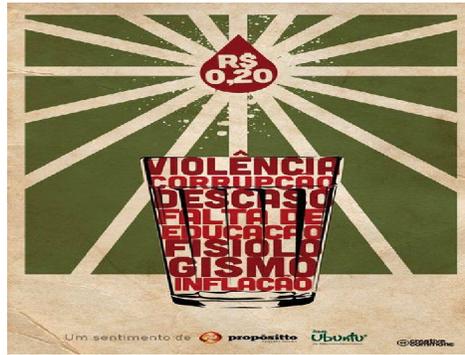
A imagem acima – que teve milhares de visualizações e compartilhamentos através das redes sociais – mostra a situação em que ficou a repórter Giovanna Vallone, após ter sido atingida no rosto por um tiro de bala de borracha disparado por um policial militar. Conforme as palavras da própria Juliana: “Vi o policial mirar em mim e no querido colega Leandro Machado e atirar. Tomei um tiro na cara. O médico disse que os meus óculos possivelmente salvaram meu olho.”<sup>18</sup> A partir desse acontecimento, a mídia, sobretudo as maiores emissoras de TV do Brasil – que a princípio pareciam estar mais ao lado da polícia do que dos manifestantes – passaram a reconhecer a legitimidade das manifestações. Os acontecimentos do dia 13 de junho parecem ter agido também como um catalisador a partir do qual as manifestações espalharam-se por praticamente todas as regiões do Brasil. Além disso, os protestos organizados nas grandes cidades brasileiras, sobretudo nas capitais, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Minas Gerais, Brasília e Salvador passaram a mobilizar milhares de participantes.

Algo importante a ser ressaltado a respeito dessas manifestações, é que elas foram organizadas via internet, através de redes sociais como *Facebook*, de modo semelhante como ocorreu na Primavera Árabe, o que destaca mais uma vez o poder de mobilização social da internet e das redes sociais. Inicialmente, os protestos foram organizados por integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), com o objetivo de revogar ou impedir o aumento das passagens do transporte coletivo, como já havíamos mencionado. Todavia, no decorrer das manifestações uma coisa ficou clara: na medida em que os protestos se proliferaram pelo Brasil e que um número cada vez maior de manifestantes saiu às ruas, diversas demandas parciais foram incorporadas aos

<sup>18</sup> Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/protesto-em-sao-paulo-reporter-ferida-no-olho-publica-depoimento-sobre-que-aconteceu-8686548.html>. Acesso em: 11 jul. 2013.

protestos. Logo, surgiram milhares de cartazes – e imagens nas redes sociais – com o slogan “Não são apenas R\$ 0,20”, conforme as Figuras 2 e 3 exemplificam:

**Figura 2** - O aumento da passagem visto como a “gota d’água”



Fonte: Google Imagens.

**Figura 3** - O “cupom fiscal” relativo aos “R\$0,20” cobrados pelos manifestantes

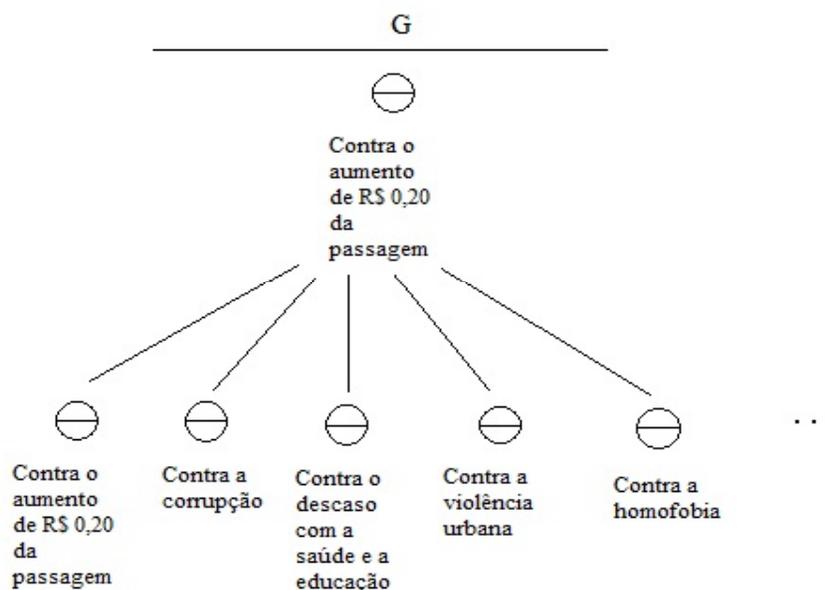


Fonte: Google Imagens.

O que percebemos é que os “R\$ 0,20” passaram a representar um conjunto incomensurável de demandas parciais; como pode ser visto na Figura 2, os vinte centavos foram a “gota d’água” que fez transbordar um copo já saturado por problemas sociais como a corrupção, a violência, a inflação etc. Dessa forma, rapidamente os protestos passaram a ser não somente contra o aumento da passagem de ônibus; os manifestantes que saíam às ruas protestavam pelas mais diversas demandas contrárias à corrupção, ao descaso com a saúde e a educação, aos altos salários e regalias dos

políticos, às elevadas taxas de impostos, à baixa infraestrutura do transporte público, à violência urbana, à homofobia, aos altos gastos com as obras para a Copa do Mundo de 2014 etc. Utilizando os pressupostos da Teoria do Discurso laclauniana, podemos afirmar que os “R\$ 0,20” tornaram-se um significante vazio que articulou uma série de demandas. O Gráfico 2 tem justamente o objetivo de exemplificar isso:

**Gráfico 2** - “R\$ 0,20” como um significante vazio



O gráfico acima busca demonstrar o modo como os “R\$ 0,20”, isto é, os protestos contra o aumento da passagem do transporte urbano tornaram-se um significante vazio que passou a articular uma cadeia equivalencial. Cada uma das demandas particulares está representada pela reivindicação contrária ao acréscimo de vinte centavos ao valor da passagem dos ônibus. Todas elas possuem um inimigo em comum do outro lado da fronteira antagônica, isto é, o governo (G), seja ele municipal, estadual ou federal. Inúmeras demandas democráticas há muito reivindicadas e frustradas pelos governantes brasileiros se incorporaram à luta iniciada pelo MPL. Esse pode ser considerado um dos motivos pelos quais as manifestações rapidamente se espalharam para diversas cidades do país e porque centenas de milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar pelos mais variados motivos.

Chegamos agora num importante ponto das Manifestações de Junho. Como já mencionamos na primeira parte deste artigo, os significantes vazios, na política, funcionam da seguinte forma: a lógica equivalencial (aquela que aproxima as demandas particulares e as mantém articuladas) deve necessariamente prevalecer sobre a lógica diferencial (aquela que diferencia uma demanda da outra). No entanto, como também já foi exposto, quanto mais uma cadeia equivalencial incorpora demandas particulares, menor será o poder de articulação do significante vazio. Isso é o que justamente ocorreu no caso do Brasil. Na medida em que um número cada vez maior de diferenças incorporou-se aos protestos – que inicialmente visavam revogar ou impedir o aumento da passagem do transporte público –, logo a lógica diferencial se sobrepôs à lógica equivalencial e começaram a surgir conflitos internos ao movimento. Um exemplo disso está no fato de que em muitas das cidades nas quais ocorreram protestos, foram registrados casos de tumulto entre, por um lado, manifestantes que defendiam uma manifestação pacífica, sem atos de vandalismo, e por outro lado, grupos de manifestantes que depredavam patrimônio público e privado, saqueavam lojas e entravam em confronto direto com a polícia. Não cabe aqui julgar qual lado estava com a razão; o importante é que existia uma tensão, a qual se evidenciava, por exemplo, quando uma parcela de manifestantes buscava apedrejar carros e lojas, enquanto a outra parcela entoava gritos de “Sem vandalismo! Sem vandalismo”.<sup>19</sup>

Mas, a nosso ver, o principal exemplo do modo como a lógica diferencial prevaleceu sobre a lógica equivalencial nas Manifestações de Junho foram os conflitos ocorridos entre manifestantes que defendiam um protesto apartidário e sem bandeiras representativas e grupos de manifestantes oriundos de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda. Na medida em que as manifestações adquiriram grandes proporções, uma boa parcela dos manifestantes passou a defender a ideia, segundo a qual, os protestos deveriam ser “sem partido”, ou seja, que deveria ser proibido o porte de bandeiras e camisetas, por exemplo, de partidos políticos, movimentos sociais ou organizações sindicais. Dessa forma, em vários momentos, manifestantes que buscaram participar das manifestações portando bandeiras de

---

<sup>19</sup> Um desses momentos de tensão pode ser acompanhado no seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=8D7CHDMIWTA>. Acesso em 12 jul. 2013.

partidos, além de serem expulsos de forma violenta, também tiveram seus objetos rasgados e queimados.<sup>20</sup>

Outro aspecto relevante acerca dos protestos realizados no Brasil reside no fato de que as manifestações não apresentaram uma liderança definida. Se a princípio o MPL atuou de forma decisiva, sendo justamente o movimento que organizou e convocou as manifestações iniciais com o intuito de bloquear o aumento das passagens de ônibus, na medida em que novas demandas foram incorporadas aos protestos ficou claro que os integrantes do MPL não possuíam um controle sobre as manifestações. Cabe lembrar ainda que em 21/06 (um dia após o maior de todos os protestos, no qual mais de uma milhão e meio de pessoas foram às ruas em todo o Brasil) o MPL-SP anunciou que não convocaria novas manifestações, uma vez que o objetivo do movimento já havia sido alcançado, ou seja, a revogação do aumento da passagem na cidade. Em entrevista ao programa *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, ao ser indagado sobre outras pautas da onda de protestos, tais como a corrupção e a PEC 37, Lucas Monteiro – um dos líderes do MPL-SP – afirmou que: “O Movimento Passe Livre nunca chamou manifestação por essas pautas. Diversas pautas estavam presentes, mas o que unificava todos lá, o que unificava o Movimento Passe Livre lá era a revogação do aumento.”<sup>21</sup>

Dessa maneira, fica claro, a nosso ver, que os protestos ocorridos no Brasil incorporaram um número tão grande de demandas, as quais transcenderam os limites do significativo vazio que havia se estabelecido a princípio: os “R\$ 0,20”, ou seja, a revogação do aumento da passagem do transporte coletivo.

Quando analisamos as manifestações no Brasil não estamos diante *um*, mas sim, de *vários* significantes vazios. Podemos apontar ao menos sete deles: “saúde”, “educação”, “#sempartido”, “contra a Copa do Mundo de 2014”, “contra a PEC 37”, “contra a ‘cura gay’” e “fora Marco Feliciano”. É fácil explicar por que “saúde” e “educação” tornaram-se significantes vazios nos protestos ocorridos no país. Há muito a saúde e a educação públicas são apontadas como problemas crônicos do Brasil. No que diz respeito à saúde, os problemas são inúmeros: hospitais precários, falta de equipamentos, falta de remédios, falta de profissionais, hospitais superlotados, elevado

---

<sup>20</sup> Um dos momentos de tensão entre integrantes apartidários e membros de partidos pode ser visto no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=xGWGnk-cCNo>. Acesso em: 12 jul. 2013.

<sup>21</sup> A entrevista concedida por Lucas Monteiro ao *Jornal Nacional* está disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/movimento-passe-livre-anuncia-que-nao-voltara-organizar-protestos.html>. Acesso em 13 jul. 2013.

tempo de espera para realização de determinados exames e para consulta com médicos especialistas etc. Já com relação à educação, os problemas também são diversos: má remuneração dos docentes (sobretudo os que trabalham na educação básica), salas de aula superlotadas, escolas precárias, transporte escolar precário, falta de professores, falta de merenda escolar, altos índices de evasão e reprovação etc. Tantos problemas – há muito denunciados e não resolvidos – justificam o fato de milhares de manifestantes terem saído às ruas portando cartazes exigindo maiores investimentos na saúde e na educação públicas. Além disso, fica fácil também explicar por que a Copa do Mundo de 2014 – que será realizada no Brasil – tornou-se um significativo vazio: se vivemos num país cuja saúde e educação são extremamente precárias, como esse mesmo país dar-se-á o luxo de investir bilhões na construção de estádios para receber um evento esportivo? Segundo o *Portal Transparência*<sup>22</sup>, da Controladoria Geral da União, estava previsto o investimento de cerca de R\$ 7,1 bilhões de reais apenas para a construção de estádios de futebol para a Copa de 2014. Conforme informação veiculada no site *Contas Abertas*, com esse valor “seria possível construir 8 mil escolas para as séries iniciais do ensino fundamental ou adquirir 39 mil ônibus escolares. Além disso, 28 mil quadras poliesportivas poderiam ser implementadas ou modernizadas para o esporte educacional.”<sup>23</sup> Com efeito, a realização da Copa do Mundo de 2014 tornou-se o símbolo não só do desperdício do dinheiro público, como também do descaso com a educação e com a saúde. Cabe lembrar um bordão que foi entoado por manifestantes de todo o Brasil, “Da Copa eu abro mão, eu quero é dinheiro pra saúde e educação”, reforçado pelas imagens abaixo:

**Figuras 4 e 5** - Cartazes de manifestantes criticando a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema>. Acesso em: 14 jul. 2013.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=1642&AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 14 jul. 2013.



Fonte: Google Imagens.



Fonte: Google Imagens.

No que diz respeito à *hashtag*<sup>24</sup> *#sempartido*, o termo se popularizou na internet durante as manifestações principalmente em redes sociais como o Facebook e o Twitter. De uma forma geral, *#sempartido* remetia à ideia de que os protestos ocorridos no Brasil eram – e deveriam se manter – apartidários, ou seja, isentos da liderança de partidos políticos. É por esse motivo, como já mencionamos, que em muitos casos, manifestantes portadores de bandeiras, camisetas, bonés ou outros objetos relacionados a partidos políticos ou movimentos sindicais, por exemplo, foram expulsos de maneira violenta das manifestações. Além disso, *#sempartido* significava também não só um descontentamento, mas, sobretudo, a descrença dos manifestantes em relação ao sistema partidário brasileiro. É importante ressaltar ainda que a *hashtag* *#sempartido* no esteve vinculada – no decorrer das manifestações de Junho – a um forte sentimento de nacionalismo (o qual pode ser exemplificado pela Figura 6): ao invés de utilizar as cores e as bandeiras de partidos políticos, centrais sindicais ou movimentos sociais, boa parte dos manifestantes preferiu sair às ruas portando a bandeira do Brasil e com partes do corpo pintadas de verde e amarelo.

**Figura 6** - Faixa demonstrando o teor nacionalista das manifestações de Junho

<sup>24</sup> Segundo a Enciclopédia e Dicionários Porto Editora (versão online, disponível em), *hashtag* é uma “palavra antecedida de cardinal (#), usada em blogues para identificar ou pesquisar determinados temas.” Além disso, as *hashtag*'s atuam como hiperlinks – muito utilizados em redes sociais como o Facebook e o Twitter – para assuntos específicos discutidos pelos internautas no ciberespaço.



Fonte: Google Imagens.

Com relação à PEC 37, como já mencionamos no início desse trabalho, a Proposta de Emenda Constitucional sugerida pelo deputado federal Lourival Mendes tornou-se o símbolo da corrupção no Brasil. Na visão de milhares de manifestantes, dar exclusividade às polícias civis e federais para a investigação de casos de denúncia de corrupção, era o mesmo que retirar o poder de investigação do Ministério Público; consequentemente, tal medida terminaria por ter um efeito contrário: ao invés de ser reprimida, a corrupção aumentaria.

Por fim, o projeto “cura gay” tornou-se o símbolo da discriminação contra homossexuais no Brasil. Como já havíamos mencionado, a proposta do deputado federal João Campos de sustar a aplicação do artigo 4º e do parágrafo único do artigo 3º, integrantes da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, foi interpretada por parte da mídia e dos manifestantes como uma tentativa de legalizar a “cura” da homossexualidade. Por esse motivo, inúmeros manifestantes saíram às ruas exigindo que a proposta do deputado João Campos fosse vetada. Além do projeto “cura” gay, podemos citar ainda outro significativo relacionado à questão da homossexualidade: trata-se da figura do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP). O deputado – e também pastor de uma igreja evangélica – Marco Feliciano é integrante da chamada “bancada evangélica”<sup>25</sup> e tornou-se famoso, dentre outros motivos, por suas declarações polêmicas, sobretudo a respeito dos negros e dos homossexuais. Em seu perfil na rede social Twitter, Feliciano já publicou frases como “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, à rejeição” e também “Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis twitters rsss” – tais publicações em sua rede social já renderam

---

<sup>25</sup> A expressão “bancada evangélica” é a forma como ficou conhecida a Frente Parlamentar Evangélica, uma bancada composta por políticos evangélicos – de diferentes partidos – os quais defendem ideias contrárias à legalização do aborto, ao casamento entre indivíduos do mesmo sexo, dentre outras.

processos a Feliciano por homofobia.<sup>26</sup> Além dessas frases, no mínimo polêmicas, o deputado Marco Feliciano, em entrevista aos autores do livro *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direito das mulheres e de LGBTs no Brasil*, afirmou que:

[...] quando você estimula uma mulher ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como ser mãe começa a ficar anulada, e pra que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, e você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos (FELICIANO apud VITAL e LOPES, 2013, p. 155).

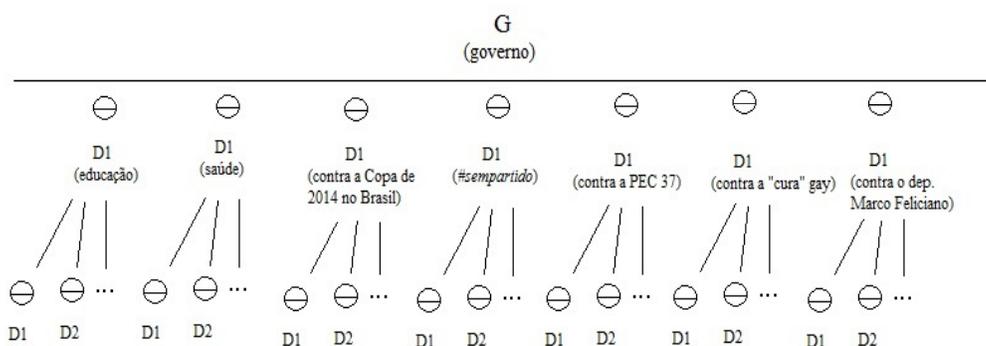
Afirmações como essas, enunciadas por Feliciano geraram a ira de movimentos sociais – como o Feminista, o Negro e o LGBT – e de milhões de pessoas em geral. Além disso, em março de 2013 o pastor Marco Feliciano foi eleito o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Menos de um mês após a posse de Feliciano, o Partido Social Cristão (PSC) – do qual o deputado faz parte – recebeu uma petição eletrônica com 445 mil assinaturas que exigiam a renúncia do deputado ao cargo da presidência da Comissão<sup>27</sup>. Contraditoriamente, apesar de ser o presidente da Comissão de Direitos Humanos, o pastor Marco Feliciano tornou-se símbolo de discriminação racial, sexual, étnica, religiosa e de gênero. De modo mais específico, podemos afirmar que durante as manifestações de Junho, Feliciano tornou-se um significativo vazio de várias discriminações combatidas por boa parte dos manifestantes.

Esses sete exemplos são alguns dos vários significantes vazios que constituíram as Manifestações de Junho, e que podem ser visualizados no Gráfico 3:

### **Gráfico 3 - Significantes vazios constituintes das manifestações no Brasil**

<sup>26</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/deputado-marco-feliciano-responde-por-homofobia-e-estelionato-no-stf.html>. Acesso em: 16 jul. 2013.

<sup>27</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/psc-recebe-peticao-eletronica-com-445-mil-assinaturas-contra-feliciano.html>. Acesso em: 16 jul. 2013.



### Considerações finais

Estamos cientes de que uma teoria – seja ela qual for – nunca vai além daquilo que é, ou seja, um mero esforço explicativo do real. A teoria não é e tampouco reflete (como um espelho) a realidade; um modelo teórico, acima de tudo, consiste numa representação do real. Desse modo, para nós está claro que a Teoria do Discurso – assim como a Teoria dos Sistemas, a Teoria dos Campos, dentre outros modelos teóricos – é mais um dos vários modelos explicativos da realidade social. A Teoria do Discurso não esgota as possibilidades de significação da realidade e não reflete o real tal como ele é – na verdade esse em momento algum chega a ser o objetivo de seu autor, Ernesto Laclau. Todavia, se partimos do pressuposto de que o real é inalcançável, o mais próximo que dele podemos chegar é justamente através da teorização. Desse modo, temos a convicção de que a Teoria do Discurso proposta por Laclau apresenta-se como uma poderosa ferramenta teórica através da qual podemos buscar compreender a realidade política e social contemporânea – em especial no que diz respeito a grandes manifestações populares, como as que ocorreram no Brasil no ano de 2013.

A concepção de significante vazio desenvolvida por Ernesto Laclau nos permite explicar de forma consistente os eventos populares que marcaram o país em 2013. O caráter plural, ambíguo e em muitos casos contraditório das Manifestações de Junho

deve-se, a nosso ver, ao fato de que estamos diante de uma série de significantes vazios. Como buscamos demonstrar, um significativo vazio por si só já é a articulação de um conjunto de demandas parciais. Logo, o caso do Brasil é ainda mais complexo, já que é possível identificarmos mais de sete tipos distintos de significantes vazios. Há um número incomensurável de demandas em jogo e esse é um dos obstáculos que em vários momentos impediu o diálogo entre representantes do governo e manifestantes.

No caso do governo, para conter e refrear megaprotestos, como os ocorridos em 2013, é necessário identificar quais demandas populares (significantes vazios) mantêm articuladas as demandas democráticas. Atendendo às demandas populares existe a possibilidade que uma onda de protestos diminua. De certo modo, isso ocorreu de forma parcial no Brasil, principalmente no que tange ao valor das passagens do transporte público: cerca de sessenta cidades reduziram ou cancelaram o acréscimo da tarifa das passagens de ônibus<sup>28</sup>. Ou seja, foi atendida a principal demanda, o significativo vazio inicial, aquele que precisamente havia dado início às manifestações. Além disso, a PEC 37 foi vetada pela Câmara no dia 25 de junho de 2013, e o projeto “cura gay” foi arquivado no dia 2 de julho do mesmo ano. Isso implica dizer que outras duas demandas representadas de cadeias equivalenciais foram atendidas. A redução no valor das passagens, o arquivamento do projeto “cura” gay e a rejeição da PEC 37 surtiram efeito imediato: se no dia 20 de junho 6 mais de um milhão e meio de pessoas saiu às ruas para protestar em mais de cento e trinta e sete cidades do país, desde então o número de manifestações reduziu consideravelmente. Já o pastor e deputado Marco Feliciano encerrou suas atividades como Presidente da Comissão de Direitos Humanos em dezembro de 2013.

Esse cenário nos mostra que os movimentos populares ainda surtem efeito. Se não fosse a pressão das ruas provavelmente não teria ocorrido redução no preço da passagem; a PEC 37 e o projeto “cura” gay teriam grandes chances de ser aprovados. Com efeito, esse é o momento em que as lutas populares não devem recuar. As vitórias alcançadas até o momento – ou seja, as demandas atendidas – são mínimas se comparadas à força das manifestações. A redução do valor da passagem em vinte centavos de fato foi uma conquista significativa pelos manifestantes, todavia, isso não

---

<sup>28</sup> Informação disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/quase-60-cidades-ja-reduziram-preco-da-tarifa-8764548>. Acesso em: 16 jul. 2013.

muda o fato de que boa parte das cidades brasileiras continua apresentando um transporte público precário, muitas vezes com veículos em péssimo estado de conservação, superlotação nos horários de pico, atraso no cumprimento dos horários etc. Com relação à corrupção, não há nada que garanta que o veto da PEC 37 irá diminuir os casos de desvios de verbas públicas no país. O mesmo pode ser dito do projeto “cura” gay: o arquivamento do projeto não significa que haverá uma diminuição nos casos de homofobia, longe disso. Com efeito, é de suma importância popular que o MPL, o movimento LGBT, o Movimento Negro, O Movimento Feministas, os grupos sindicalistas e os demais movimentos sociais permaneçam com os protestos. Antes de tudo, faz-se necessária a articulação, a prevalência da lógica equivalencial sobre a lógica diferencial.

## Referências

ARANTES, P. E.; SCHWARZ, R. **Cidades rebelde**. Passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

CATTANI, A. D. (Org.). **#protestos**. Análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo, 2014.

CHAUI, M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e Debate**, São Paulo, ed. 113, jun. 2013.

COSTA, E. G. **As contribuições da noção de “emancipação”, como categoria analítica, para o debate moderno/pós-moderno**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDURJ, 2011.

\_\_\_\_\_; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2.ed. Buenos Aires: F. C. Económica, 2004.

\_\_\_\_\_; **La Razón populista**. 2.ed. México: F. C. Económica, 2006.